

Questões urbanas, territórios e conflitos

*João Pedro Maciente Rocha¹
Tatiane dos Santos Alencar²*

No contexto de crescimento das áreas urbanas em todo o mundo, o Brasil possui com base no censo de 2010 cerca de 84% de sua população urbana, e uma projeção de aumento desse percentual para 90% para o ano de 2020, de acordo com estudos da ONU, números expressivos para um país que nos anos 50 possuía apenas um terço de sua população vivendo nas cidades.

A temática deste dossiê centrada nas questões urbanas, de territórios e seus conflitos apresenta-se como extremamente relevante para a atualidade, e o aprofundamento das análises e entendimentos sobre esse conteúdo torna-se fundamental para o desenvolvimento urbano sustentável discorrido incessantemente nas legislações urbanísticas, em principal o Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001) e nos debates internacionais.

Com o crescimento das cidades e grupamentos urbanos, cresce também os conflitos territoriais, sociais, culturais, econômicos e ambientais. Cresce da mesma forma as interações humanas em ambientes diversos, os estudos, metodologias e análises de dados que ampliam a possibilidade de elaboração de políticas públicas eficientes e efetivas. Desta forma, os textos aqui apresentados possibilitam o avanço em análises técnicas sobre debates cotidianos

¹ Bacharel em Gestão Pública para o desenvolvimento econômico e social e mestre em Engenharia Urbana pela UFRJ. jpmacienterocha@gmail.com

² Bacharela em Gestão Pública para o desenvolvimento econômico e social pela UFRJ e mestre em Engenharia Ambiental pela UERJ. tatiane.santos.alencar@gmail.com

importantes para a busca dos caminhos que solucionem os conflitos das nossas cidades.

O texto **POLÍTICAS PÚBLICAS, MORADIA E ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS**: notas sobre os projetos de habitação de interesse social no município de Natal/RN, escrito por Luis Renato Nogueira da Rocha, trata da temática de urbanização e remoção de assentamentos precários no município de Natal no Rio Grande do Norte, região nordeste do país. A partir da análise pela perspectiva do poder público, o autor analisa limites e possibilidades de políticas de mudanças territoriais a partir do estudo de 15 assentamentos onde incidiram políticas entre os anos de 2002 e 2016.

Os antigos e complexos desafios postos à Política Habitacional brasileira foram solucionados pelo Programa Minha Casa Minha Vida? É possível que políticas de habitação produzam ainda mais segregação social entre grupamentos humanos? Planejamento e gestão podem caminhar separados? Estes são alguns questionamentos discutidos no texto, que traz uma importante análise sobre remoções, reassentamentos e urbanização de favelas.

Um dos principais meios de garantia da moradia para população de baixa renda é através da regularização fundiária. A partir de 2017, através da Lei Nº 13.465, entrou em vigor regras mais brandas para desburocratizar este árduo processo. Devido a conflitos, problemas operacionais gerados para implementação da lei, o texto **GEOPROCESSAMENTO APLICADO À ÁREA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**: um estudo de caso baseado em modelagem e banco de dados geográficos, de Arnaldo de Souza e Ediana Santos apresenta como o uso de modelagem e dados georreferenciados podem contribuir para a solução de tais questões.

O estudo faz um completo descritivo histórico da consolidação de legislações que contribuem para a garantia da moradia como direito fundamental e o cumprimento da função social da propriedade. Em seguida, o mesmo avança em uma análise criteriosa sobre a Lei nº 13.465/17 e suas formas de implementação, bem como no uso do Sistema de Informações

Georeferenciadas (SIG) como ferramenta técnica para a efetividade do processo de regularização. O estudo é concluído no exercício de criação de um banco de dados geográfico para a Comunidade do Aterro de Itapagipe em Salvador/BA, a fim de demonstrar pontos positivos e negativos na utilização deste método para regularizações fundiárias.

O trabalho apresentado por Raquel Garcia Gonçalves, Karina Machado de Castro Simão, Ricardo Viana Carvalho de Paiva e Viviane Silva Ramos, intitulado *A INCERTEZA COMO INSTRUMENTO DE PODER: REFLEXÕES SOBRE OS CONFLITOS URBANOS*, apresenta, a partir da ideia central de território e de poder, a temática do conflito urbano. Por meio da lógica de mercado, as cidades são vistas como plataformas produtivas e fatores econômicos, ou seja, como mercadorias. Os autores trazem, por exemplo, o apontamento de Vainer (2000) que expõe que esse olhar atinge de maneira significativa relações sociais, culturais e sociais, de forma a reconfigurar o significado de espaço e redefinir escalas. Qual o espaço populações menos favorecidas têm nesse contexto? Quais os efeitos dos grandes eventos no país, sua relação e implicações com o território? Ao apresentar essa lógica de mercado vigente, expõem-se também os conflitos urbanos ocasionados.

Diferentes concepções de espaço e de desenvolvimento são apresentadas pelos autores para buscar explicar essas questões. Os autores também apresentam como o espaço urbano é o local para manifestação e exposição de insatisfação de sua população, assim como os mecanismos criados pelas relações de poder e a geração de incertezas, fator decisivo como instrumento de poder e o que o alimenta. A tentativa de institucionalizar os conflitos é apresentada como uma das formas de se gerar controle e dominação de adversários. Mas qual a real função do território? Ele não deveria ser observado também pelo seu aspecto social? Essas são algumas das reflexões trazidas pelo trabalho.

Por fim, no texto *PUBLIC POLICIES, AGENTS AND AGENDAS: REVIEW OF THE DEBATE WITH EMPHASIS ON URBAN PLANNING*, o autor Thiago Von

Zeidler Gomes analisa o ciclo das políticas públicas para aprofundar as críticas aos principais entraves encontrados no planejamento urbano. Para tal, o autor conceitua políticas públicas, detalha seu ciclo, relaciona à temática do planejamento urbano e apresenta problemas específicos relacionados à confluência dos temas.

Apresentada como a política pública do lugar, o autor trata de analisar o planejamento urbano sob a ótica de diferentes níveis que ações do Estado acontecem, impactando diretamente na configuração das cidades, bem como traz ao debate o papel dos ‘capitais do urbano’ (incorporadores, construtores de infraestruturas, prestadores de serviços urbanos), que têm papel relevante no desenvolvimento urbano.

É possível mudar o rumo de algumas políticas do espaço urbano após o seu enraizamento? Constroem-se políticas públicas mais eficientes utilizando anteriores como processo de aprendizado? A construção de políticas públicas é uma sucessão de tentativas e erros? É possível identificar o problema, mas ter um limitado conjunto de soluções? O autor traz no decorrer, três análises sobre o ciclo das políticas públicas para seu debate e apresenta como resultado que o planejamento urbano das últimas décadas, não respondeu às necessidades de toda população, mas sim, à necessidade de modernização das cidades, atendo apenas a um determinado grupo. Ao final, analisam-se os planos como processos conclusivos de uma política urbana e se sua efetividade é alcançada quando utilizada como meio consultivo para tomada de decisão ou quando seus impactos são também mensurados, avançando no ciclo.

Posto o debate urbano a partir de quatro diferentes análises neste dossiê, cabe acrescentar a atual discussão feita no campo internacional sobre a necessidade de desenvolver de forma sustentável (nas diversas dimensões do conceito) as cidades e os assentamentos precários, a fim de tornar estes ambientes inclusivos, seguros e resilientes, sendo estes os objetivos defendidos pela Nações Unidas, através do objetivo número 11 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Destaca-se que o problema apresentado sobre assentamentos precários não inseridos na dinâmica urbanística pode ser solucionado com projetos de Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável - DOTS, conceito internacional amplamente debatido, que incentiva a multicentralidade, o uso misto do solo, a proximidade de redes de transporte de média e alta capacidade às moradias de diferentes níveis de renda e o uso de transportes ativos como bicicleta e caminhada como principais meios de transporte.

Da mesma forma, cabe pontuar a necessidade de fortalecer a participação popular nos espaços de controle social efetivo, através, por exemplo, dos observatórios sociais e os conselhos consultivos e deliberativos, a fim de formular e monitorar políticas urbanas que respeitem as práticas locais, as dinâmicas do espaço e as diversas necessidades da população local e os que ali estão por chegar.

Que o uso de dados como o SIG para formulação e análise de políticas seja ampliado e que aconteça a reflexão de como os conflitos podem ser entendidos como espaços produtivos e eficientes na criação de novas dinâmicas sociais, ao invés de reproduzir práticas excludentes de grupos marginalizados. Além disso, que se considere também a real função social da propriedade e da cidade, de maneira que as cidades sejam vistas como locais de realização de direitos, para todas as pessoas que nelas residem.

Que este dossiê amplie sua reflexão sobre o urbano, em seus diferentes aspectos. Tenha uma boa leitura!